

Obras públicas e discursos de saneamento; intervenções na paisagem urbana dentro da política das cidades polos na Chapecó (SC) de 1970.

Fernando Antonio Vitoria
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC

Introdução

A década de 1970 representa para a cidade de Chapecó o momento da inversão do contingente populacional campo/cidade. Em um curto espaço de tempo, uma grande leva de novos habitantes passam a ocupar o espaço urbano. Esse crescimento ocasiona, de forma não muito inesperada, uma série de problemas de infraestrutura, especialmente no tocante à água potável e ao saneamento básico. Em 1973 é criada pelo governo estadual a CASAN (Companhia de Águas e Saneamento) e nos anos seguintes são criados em esfera nacional o projeto CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada) e em nível local o POP (Plano Ordinário de Pavimentação). Atuação destes órgãos na cidade de Chapecó é marcante na década em questão constituindo na paisagem urbana transformações que, quase sempre, buscavam fundamentação e tentavam se justificar num discurso alicerçado no progresso, no desenvolvimento e na civilidade.

O DAES e a CASAN; os olhos do governo para a problemática do Saneamento.

O então Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária (DAES), mostrava-se impotente frente às necessidades crescentes nos municípios catarinenses em primórdios da década de 1970. As cidades cresciam em ritmo acelerado e com elas as demandas por infraestrutura. Santa Catarina apresentava, neste momento, crescimento econômico na casa dos 12% e, populacional, da ordem de 3%. Isso representava crescimento econômico acima da média nacional, enquanto o crescimento populacional mostrava-se equilibrado. O que suscitava este aumento do contingente urbano, em sua maioria, era a migração do campo para as cidades. Nas tabelas que seguem é nítida esta situação.

Taxas de Crescimento da População em Santa Catarina 1960/1991

Censo	Década	População Total (1.000 hab)	Taxa de Crescimento (%)
1960	50	2.146,9	-

1970	60	2.903,4	3,06
1980	70	3.628,7	2,26
1991	80	4.538,2	2,05

Fonte: IBGE

Como podemos ver na sequência, a década de 1970 marca a superação do número populacional rural pelo citadino. No ano de 1970 ainda tínhamos um estado predominantemente rural, embora o crescimento urbano tenha sido próximo a 85%. O que representava, por si só, a colocação de quase que o dobro de pessoas neste espaço em um período de dez anos. No início da década seguinte, quase 60% dos habitantes catarinenses já estavam no espaço urbano. Uma inversão da ordem de 16,5%. Mostra de que a década de 1970 representou, para o poder público, o grande desafio do ponto de vista da equalização da relação crescimento/assistência.

Crescimento da Urbanização em Santa Catarina - 1960/1991

ANO	Pop. Rural (x 1000 hab)	Pop. Urbana (x 1000 hab)	Pop. Total (x 1000 hab)	% de Urbanização
1960	1.451,6	695,3	2.146,9	32,3
1970	1.656,4	1.247,0	2.903,4	43,0
1980	1.474,2	2.154,5	3.628,7	59,4
1991	1.332,6	3.205,6	4.538,2	70,6

Fonte: IBGE

Projeto Catarinense de Desenvolvimento: a CASAN como solução para o problema do Saneamento.

Com as necessidades crescentes no tocante às questões infraestruturais de água e saneamento, o Projeto Catarinense de Desenvolvimento proposto pelo então governador Colombo Machado Salles, como resposta, já fazia menção em seu projeto número 5 daquilo que iria se conferir como solução:

Abastecimento de Água e Saneamento: Implantação e operação da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN – associando Estado e Municípios, com a finalidade de executar as obras e operar os serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários. A Companhia levantará os recursos no sistema financeiros para o saneamento (BNH¹ e outras Agências). O programa mínimo a ser desenvolvido pela CASAN complementarará as cidades que compõe os 29 Centros Dinâmicos².

Como demonstração da seriedade do problema e do empenho que por isso seria depositado sobre este, pelo governo estadual, é constituída pelo Decreto n. SSP-30-4-71/58 em 1971 a Companhia Catarinense de Águas e Esgoto (CASAN), sendo por força da Lei n. 4.701 de 30 de dezembro do mesmo ano extinto o DAES. A nova empresa assim: *“Assumiu o domínio de todos os sistemas operados pelo antigo órgão, após proceder, por Comissão Especial, o levantamento e regularização dos bens, instalações, equipamentos e materiais, para transferência e incorporação ao patrimônio da Empresa”³*.

A extinção do antigo órgão representava para a CASAN, nos dizeres de Colombo Salles à Assembleia Legislativa em 17 de Abril de 1973, a absorção de encargos financeiros da ordem de Cr\$ 1. 427.337,07, relativos a débitos remanescentes acrescidos, no decurso do exercício, dos encargos com pessoal remanejado para outros órgãos, no montante de Cr\$ 1. 126.258,24. Considerando-se que no setor, o volume dos compromissos de exercício anterior, liquidados em 1971, elevou-se a Cr\$ 2. 906.916,36 – não computados os dispêndios com antigo Departamento, ocorridos naquele ano –, evidencia-se o grau de dificuldade que o governo teve de vencer para por em marcha o Programa de Saneamento no Estado.

Seguiu-se a criação do Fundo de Água e Esgoto de Santa Catarina (FAESC), mediante a incorporação ao Plano Nacional de Saneamento (PLANASA)⁴, instituído pelo governo Federal no sistema financeiro operado pelo Banco Nacional de Habitação, com o qual firmou convênio em setembro de 1971. Esta era a resposta do governo aos desafios que lhe eram impostos. Pelo menos é o que sua menção parece querer dizer no texto que segue.

Entre os fatores mais representativos da demografia no País, está o acentuado crescimento da população urbana, fenômeno que em Santa Catarina atingiu o índice de 85% no decênio 1960 – 1970. O atendimento das necessidades básicas dessa população motivou a reorganização dos serviços de água e esgoto do Estado, para fazer face à demanda sempre crescente. O Governo organizou a Companhia de Águas e Saneamento (CASAN), para dar ao setor condições operacionais capazes de viabilizar o Plano Estadual de Saneamento⁵.

Convém destacar que tanto a criação do FAESC, quanto da CASAN, a exemplo dos Planos Diretores dos municípios, nada tinha de pioneirismo por parte do governo catarinense. Eram requisitos impostos pelo BNH para a concessão de financiamentos aos Estados. O Governo Nacional buscava alinhar seu projeto de desenvolvimento aos projetos estaduais, mas cada Estado deveria organizar e gerir seu projeto de

desenvolvimento e, dentro destes, atentar para a problemática da urbanização e do saneamento.

Em menção à importância dos dois órgãos criados, o governador Colombo Salles, ressaltava o empenho da CASAN em executar os encargos do Plano Estadual de Saneamento desde a sua adesão ao PLANASA.

A criação do Fundo de Água e Esgoto (FAESC), por seu turno, propiciou a captação de recursos financeiros indispensáveis ao prosseguimento das obras e à elaboração de novos projetos. É de salientar, neste particular, o contrato de financiamento, no valor de Cr\$ 8. 260.707,00 firmado pela CASAN, visando a elaboração de projetos de sistemas de abastecimento de água de 134 cidades catarinenses, até o final de 1974⁶.

Já em 1973 a mensagem do governador Colombo Salles à Assembleia, presente na Ação Catarinense de Desenvolvimento⁷, demonstrava as primeiras conquistas do empreendimento CASAN. Bem como reiterava a importância do saneamento para o desenvolvimento catarinense e as pretensões futuras.

Um dos pontos de estrangulamento do desenvolvimento do Estado tem sido, historicamente, a deficiência da infra-estrutura de saneamento básico.

O Governo atual, preocupado em criar nova dimensão no tratamento desse difícil problema, instituiu, em 1971, uma Empresa com a finalidade de implantar e operar os sistemas de abastecimento de água e esgoto, proceder ao melhoramento dos serviços já existentes e estender redes de distribuição de água às áreas carentes.

Considerando o vulto dos recursos necessários para assegurar uma ampla melhoria do setor, e o fato de que este constitui um dos grandes programas do Governo Federal, o Estado buscou interessar os órgãos nacionais responsáveis com vistas a um esforço conjunto⁸.

O ano de 1975 trouxe significativo aumento nos repasses ao FAESC catarinense por parte do BNH, como também nos investimentos do próprio Estado no setor de água e saneamento. Entretanto, já decorridos quatro anos da criação da CASAN - sendo três desses, já com o apoio do PLANASA -, a situação estadual ainda era preocupante. Levando-se em conta a população urbana estimada para o Estado no período, em torno de 1 milhão e 500 mil, segundo o anuário estatístico do Brasil, a assistência garantida para 328. 970 habitantes presente na mensagem que segue, representava pouco mais de 21,5%. A aprovação de projetos junto ao BNH também não parecia ser fácil no período. Neste primeiro momento, como podemos ver, o desenvolvimento dos projetos de saneamento não acompanhava as taxas de crescimento econômico.

O Governo do Estado vem participando do Plano Nacional de Saneamento – PLANASA desde 1972, tendo, no exercício de 1975, contratado financiamentos no valor de Cr\$ 112. 924. 956, 00 – (971. 094 UPC), para 26 (vinte e seis) cidades que permitiram equacionar a solução do problema da abastecimento de água potável para 328. 970 habitantes.

A participação do Tesouro do Estado, nestes, foi da ordem de Cr\$ 56. 462. 478, 00 (485. 547 UPC⁹), através do Fundo de Financiamentos para água e Esgoto – FAE – SC.

A empresa, no que toca a “estudos e projetos”, submeteu ao BNH 58 (cinquenta e oito) Relatórios Técnicos Preliminares de sistemas públicos de abastecimento de água, obtendo a aprovação de 19 destes. Apresentou, ainda, 18 Projetos Técnicos, dos quais 13 foram aprovados¹⁰.

A evolução do capital ativo do FAESC pode ser tomado como modelo da evolução das obras e investimentos no Estado. Pouco expressivo nos anos iniciais, apresentando grande crescimento a partir do ano de 1975 e valores elevadíssimos em 1976 e 1977.

EVOLUÇÃO DO ATIVO DO FAE¹¹

1972	-	17. 022	(em UPC)
1973	-	46. 892	
1974	-	213. 656	
1975	-	608. 586	
1976	-	913. 797	
1977	-	1. 620. 541	(3º Trimestre)

Conforme já posto, os problemas ligados à água e ao saneamento eram comuns a praticamente todos os municípios do Estado, mas alguns, quando da implantação da CASAN, parecem ter se adiantado nos processos que envolviam a assinatura dos acordos para a realização das referidas obras. Como a CASAN atuava em convênio com os municípios, era imprescindível que estes realizassem sua parcela para o desenvolvimento dos trabalhos.

No início de 1978 a Assembleia Legislativa recebia o projeto da Ação Catarinense de Desenvolvimento que, ao passo que demonstrava os feitos atingidos pela CASAN até o momento, traçava os objetivos futuros:

início de 40 projetos;
conclusão de 25 projetos;
início de 36 obras;
ampliação do número de Municípios com sistemas operados pela CASAN, para 98;
elevação do número de ligações prediais de água para 170.000;
implantação de 28 novos sistemas, para atingir um atendimento de 705 dos municípios e 685 da população urbana¹².

A importância dada aos números e aos gráficos nesse período, foi algo marcante na década em questão. A CASAN pode ser vista como um dos principais expoentes da política tecnocrata tão latente durante todo o período do Governo Militar. O entendimento de que o melhor recurso, tanto para a explanação quanto para a explicação dos fatos

residia na aplicação a esses de regras que os transformasse em dados concretos – entenda-se números -, leva os relatórios e mensagens do poder público a se transformarem em verdadeiras planilhas de cálculo. Ao explicar números com números, os responsáveis por essa tendência, transferem a vocação desta prática com a mesma impenetrabilidade que apresentavam quando de sua elaboração, para os dias atuais. Se na época, a natureza rígida dos números se mostrava de difícil entendimento para todos aqueles que não fossem especialistas nessa área – o que para os técnicos era excelente uma vez que facilitava o convencimento -, também hoje, seu estudo é penoso. Torna-se difícil encontrar alternativas para a análise dos documentos desse período principalmente dentro de uma perspectiva teórica. Ricardo Silva ao explicar o processo de substituição da sociologia pela ciência econômica como base fundamental do poder tecnocrático assim se reporta:

Esta última fornece material mais rico e persuasivo para a retórica do tecnocrata, devido às suas características relativas à facilidade de modelização e de quantificação de variáveis, além de seu caráter mais impenetrável ao entendimento do cidadão comum decorrente de sua retórica, o que facilita a justificativa do arbítrio dos especialistas¹³.

Conforme já salientado, o problema envolvendo a questão da água em Chapecó, parece ter crescido junto com a cidade desde seus primórdios. Bem antes da implantação da CASAN, o governo local já enfrentava esta situação. A Secretaria do Oeste, ainda na década de 1960, procurava dar suporte a essa questão. O intento da proposta estadual em tornar Chapecó polo, visto com bons olhos pelo poder local, possivelmente tenha impulsionado as ações das duas esferas. Mas ao passo que esta postura contribuía para o crescimento da cidade, também agravava seus problemas. Uma cidade já carente de água passa a ser vítima de seu próprio interesse. Ao governo cabia tentar solucionar esse problema vital para suas aspirações. As tímidas ações que se desenhavam no início da década de 1970 e, que pareciam grandiosas para o momento, provavelmente seriam engolidas pelo crescimento que esse decênio escondia na manga.

O Brasil respondeu aos desafios que o momento impunha com a criação do PLANASA. Santa Catarina, dentro dessa dinâmica, deu luz ao FAESC e à CASAN. Para a história chapecoense, como para maioria dos municípios, isso criava uma grande expectativa. Implantar o sistema de saneamento em Chapecó exigia um esforço para liberação de verbas tanto do governo federal como do governo estadual. Fazendo uso da política de interesse mútuo em esfera federal e estadual, a Administração Chapecoense

passa a galgar recursos junto a esses.

Como forma de solução do problema em 1973 a prefeitura assina com a CASAN o convênio Nº 22. Por esse, a CASAN acabou sendo incumbida do abastecimento de água na cidade de Chapecó, e também, se responsabilizaria pelos futuros projetos de saneamento básico. O empenho do poder público depositava no novo órgão as expectativas de equacionamento dos problemas envolvendo a água e o saneamento. A paisagem urbana, notadamente, vinha sofrendo alterações em razão do crescimento populacional elevado. O aumento quase que diário no número de moradias, ao passo que entusiasmava o poder público e boa parte da sociedade, demandava medidas de intervenção e equacionamento. Dentro do discurso governamental pautado no planejamento e tendo o progresso como fator legitimador, as obras desenvolvidas pela CASAN, tornavam-se modelo do desenvolvimento que se estabelecia. Inegavelmente obras de saneamento causam, no espaço urbano, além de uma alteração na paisagem, uma série de transtornos. Canalizar rios, construir obras de drenagem e redes de esgoto não são coisas que se processa sem impedir a movimentação habitual ou transformar visivelmente espaços. Em alguns casos, estas obras podiam causar problemas bem maiores do que simples desvios temporários do traçado de vias. A manchete do jornal Correio do Sul em 1978 anunciava em letras garrafais o incidente causado pelas obras que deveriam demonstrar a evolução de Chapecó: “Morte em Buraco de Rua”.

Obviamente este fato¹⁴ pode ser tratado como uma fatalidade mas, independente do quão pode ter colocado sob questionamento a atuação da CASAN e do poder público com suas intervenções, importante para nós é a demonstração de que essas obras que rasgavam o solo, faziam-se sentir de forma latente no visual e no modo de perceber o espaço urbano. É fato que esse crescimento que demonstramos aqui, mesmo com todo o empenho demonstrado pelo poder público no que concerne à solução de problemas, começa em fins da década de 1970, a tornar questionável a capacidade administrativa e todo o projeto do planejamento e dos Planos de Governo que há anos eram postos como a solução para os problemas urbanos. Diante deste quadro, a resposta governamental não tardou.

Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada – CURA- ; solução para os problemas do progresso.

O mesmo ano em que a CASAN se mostra mais empenhada em solucionar os problemas sob sua alçada em Chapecó – 1977 - é também o ano do Projeto CURA

(Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada). O que nos leva a pensar que a situação vigente neste momento fosse de elevado grau de complexidade. Este Projeto Nacional, como o próprio nome indica, era uma tentativa de intervenção a curto prazo com o intuito de superar problemas decorrentes do processo de crescimento acentuado da maioria das cidades brasileiras na década de 1970.

O planejamento e o uso do espaço urbano no país emerge, principalmente, a partir da década de 1970; período em que muitas cidades brasileiras triplicam de tamanho, bem como o número de habitantes. Tal fato é agravado com intenso processo migratório que dá uma nova feição à cidade, além de inverter a relação rural/urbano. Em face dessa questão, a Política Nacional Desenvolvimento Urbano (PNDU) emerge como uma necessidade de disciplinamento do espaço público urbano, promovendo assim uma legislação específica que tem como objetivo imediato fiscalizar e orientar o processo de ordenamento, ocupação e uso do espaço cidadão¹⁵.

Santa Catarina era um estado com potencial acima da média. Suas cidades talvez tenham sido a menina dos olhos de muitos setores do governo nacional, recebendo por isso, grande assistência. Chapecó era cidade polo - era expoente da política de integração e desenvolvimento baseado nessa proposta -, seu sucesso estava diretamente ligado ao sucesso do planejamento nacional, o que talvez explique sua condição, por vezes privilegiada, no tocante a repasse de verbas públicas.

O prefeito Milton Sander, acompanhado do Vice-Prefeito Ivan Bertaso e do Presidente da Câmara de Vereadores, Ledônio Migliorini, esteve no dia 22 em Florianópolis, onde, a convite do Governador Konder Reis, participaram de um almoço no Palácio da Agrônômica. Estavam presentes o Vice-Governador Marcos Buechler, diretores do Banco Nacional da Habitação, o Secretário João Valvite Paganella, o presidente do Badesc, Plínio Arlindo de Nes e o presidente do Besc, Jorge Konder Bornhausen.

Às 15 horas e cumprindo o principal objetivo de sua viagem, houve, na Prefeitura Municipal de Florianópolis a assinatura da Carta de adesão da Prefeitura Municipal de Chapecó ao Projeto Cura e a assinatura, também, da Prefeitura da capital, em solenidade conjunta.

O Dr. Carlos Alberto Brumberg e o Dr. Carvalho de Meira, diretores do Banco Nacional da Habitação, fizeram questão de mencionar que o processo de inclusão de Chapecó ao Projeto Cura, foi o que teve, até hoje, a mais rápida tramitação: 19 dias.

Registraram, também, que os investimentos do BNH, nos três anos do Projeto Cura em Chapecó, foram os maiores até hoje concedidos a um município do interior, em todo o Brasil¹⁶.

A rapidez com que se intencionava dar suporte as demandas por infraestrutura no quesito saneamento básico sofria influência de mecanismos exteriores. A necessidade de adequação das cidades brasileiras às normas de qualidade de vida estabelecidas pela ONU, pode ser vista como um dos fatores que motivaram estes processos. Cidades, muitas das quais, jamais haviam possuído um projeto de desenvolvimento, enfrentavam agora uma total reestruturação. O Brasil, da década de 1970, era um país sedento por

reconhecimento externo e queria dar mostra de sua capacidade. Demonstração desse fenômeno, podemos encontrar na mensagem do governador Antônio Carlos Konder Reis à Assembleia Legislativa do Estado em 1976:

Procurando atender aos padrões de potabilidade instituídos pela Organização Mundial da Saúde – OMS, da água distribuída à população catarinense, foram coletadas amostras para análise físico-químicas e exames bacteriológicos. A amostragem incluiu os diversos sistemas em operação e aqueles a serem implantados. Receberam atenção especial as estações de tratamento de água, em fase inicial de operação, com treinamento dos operadores visando a um funcionamento racional das mesmas¹⁷.

Dentre as ações governamentais de intervenção no espaço urbano, o projeto CURA pode ser tomado como a confissão do poder público de que o processo de desenvolvimento nacional, que vinha desde a década de 1950, precisava ser revisto. A proposta de crescimento a todo custo parece não ter levado em conta fatores primários para que seu sucesso não se desse sob pena de criar situações desumanas de habitação e qualidade de vida nos núcleos urbanos. A própria preocupação com o “bem estar social”, começa a se mostrar presente de forma mais enfática, pelo menos em discurso do poder estadual, somente após 1975.

Ao discorrer sobre a noção de desenvolvimento presente nos projetos de desenvolvimento dos governo autoritário das décadas de 1960 e 1970, a partir de obras de intelectuais que os fundamentaram, Silva assim o descreve: *“com relação ao desenvolvimento, o primeiro aspecto a se destacar é que este se refere basicamente ao desenvolvimento econômico. As dimensões do desenvolvimento social, político e cultural ou não são consideradas ou aparecem submissas à lógica do desenvolvimento econômico”*¹⁸.

Claro que nem todos mediam desenvolvimento apenas pela quantidade de riquezas produzidas e, esse tipo de avaliação, começava a preocupar os governantes. Mecanismos internacionais, camadas desfavorecidas e, possivelmente grupos internos, tenham influenciado para a busca por soluções, mesmo que paliativas, em curto espaço de tempo. A OMS e seus parâmetros de qualidade de vida, por exemplo, conforme visto acima, possivelmente tenha desempenhado papel importante na confecção deste projeto que se explicava por seu título. Podemos ainda reiterar que, a execução do projeto CURA em Chapecó, demonstra que a situação aí vivenciada não era melhor que a de demais cidades brasileiras, mesmo sendo mais fácil encontrar discursos que insistissem em descrevê-la como cidade modelo, do que aqueles que questionassem sua condição.

Mostra dessa preocupação parece ser apreensível na atitude do poder executivo chapecoense quando da sua decisão acerca da definição do perímetro urbano do município.

O Poder Executivo de Chapecó enviou à Câmara Municipal de Vereadores o projeto de Lei que triplica o atual perímetro urbano de Chapecó, atingindo em sua área uma população de 80 mil habitantes. Essa medida possibilitará a inclusão de Chapecó nos projetos do Banco Nacional da Habitação e de outras entidades financeiras, que destinam recursos às cidades com mais de 70 mil habitantes, consideradas de porte médio¹⁹.

Dentre esses mecanismos citados provavelmente o de maior importância tenha sido o Projeto CURA, uma vez que a assinatura deste convênio se deu em fins do ano de 1977. Tomando-se como base as próprias áreas mapeadas como ponto de implementação das obras do CURA e sua dinâmica de atuação, podemos ter uma ideia dos problemas que rodeavam a “bela capital do oeste” e o porquê do intento do governo em conseguir auxílio para a sua solução. Rodeavam porque, literalmente, estes problemas, em sua maioria, estavam em espaços de ocupação em torno daquilo que era definido como espaço central da cidade. Constituindo uma paisagem que não era a que os discursos descreviam e, menos ainda, que os governantes queriam que se fizesse notar.

Basicamente, o Programa CURA visa dotar os bairros mais populosos e carentes, de uma infra-estrutura que vai desde a pavimentação, praças, áreas de esportes e lazer, até saneamento básico, meios de transportes urbanos e coletivos, etc.

As visitas aos bairros feitas pelo Prefeito e sua equipe, têm proporcionado uma visão completa e atualizada dos principais problemas e necessidades das comunidades. Serão atacados inicialmente os bairros Santa Maria, Maria Gorreti, Presidente Médici, Passo dos Fortes e o grande Aeroporto, compreendendo cinco bairros contíguos.

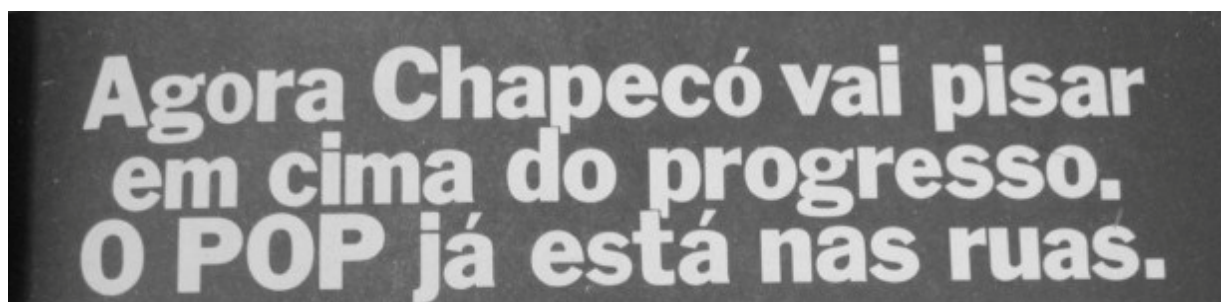
Como disse o Dr. Carvalho Meira, se executado o Projeto CURA em Chapecó, os imóveis dos bairros valerão 20 vezes mais do que hoje, sem falar na valorização social e humana que as obras irão obrigatoriamente propiciar a todos moradores, dando melhores condições de vida em comunidade²⁰.

Segundo a definição, o projeto CURA deveria atender às áreas com mais graves problemas sociais. O que causa estranheza é que, dos bairros tidos como de piores condições de infraestrutura na época, nenhum aparece entre os agraciados pelo projeto. O Bairro São Pedro e o Bairro Vila Maria, comuns frequentadores das páginas jornalísticas como de extrema carência, não são mencionados como prioritários para as intervenções. Qual seria a razão? Teria alguma definição de perímetro urbano que os colocasse fora da área de abrangência? Não creio! Com certeza esses bairros deixados de fora demandavam ações bem mais vitais que implantação de praças e áreas de lazer. Mas um dado em específico na mensagem, chama a atenção e nos propicia indagações.

Um projeto capaz de valorizar as propriedades em mais de 20 vezes, no curto espaço de alguns meses, provavelmente incitasse interesses múltiplos. O processo de definição das áreas contempladas deve ter sofrido pressões várias.

O asfalto como símbolo do progresso chapecoense.

Visivelmente, mesmo tendo sido o Projeto Chapecoense de Desenvolvimento de 1973, o precursor no processo de planejamento urbano, é na administração seguinte que a cidade vivenciará as ações de forma mais significativa. Além do CURA, a administração de Milton Sander, através de sua reforma administrativa reorganiza a CODEC (Companhia de Desenvolvimento de Chapecó) e, submetida a ela, cria o Plano Ordinário de Pavimentação (POP). Sob o slogan: “*Agora Chapecó vai pisar em cima do Progresso*”²¹, uma série de obras asfálticas começam a ser desenvolvidas.



Jornal Correio do Sul, sd/sm/1977. p. 02. Acervo CEOM.

Acompanhando a chamada:

O POP – Plano Ordinário de Pavimentação - será o maior programa de asfaltamento já realizado em Chapecó. Ele está sendo desenvolvido, em conjunto, pela Prefeitura municipal e pela CODEC – Companhia de Desenvolvimento de Chapecó. A meta do POP é pavimentar 400.000 m² em apenas 30 meses²².

Embora aparecesse frequentemente ligado ao projeto CURA, o POP não tinha veiculação com o mesmo. Tanto no que diz respeito a suas verbas de execução, como no que se reporta à sua área de atuação. O POP era um projeto de cunho local, bancado parte pela prefeitura, parte pelos próprios munícipes que tivessem terrenos dentro da área contemplada pela pavimentação e, inicialmente, estava condicionado às ruas centrais. A garantia de valorização imediata dos imóveis e o pagamento permitido a longo prazo, eram os atrativos para garantir a adesão popular ao empreendimento.

O asfalto terá seu preço reduzido e com o Sistema Viário Básico implantado a cidade mudará para melhor. Mas as vantagens maiores estão reservadas para você. Junto com o asfaltamento da rua, são implantadas as galerias de água pluviais, guias, sarjetas e paisagismo. Isso tudo decreta a valorização do seu imóvel – e a valorização sempre é superior ao preço que você paga pelo asfalto. Com uma diferença: a valorização é imediata e o asfalto você pagará a longo prazo²³.

Do ponto de vista das obras infraestruturais urbanas, os anos de 1978 e 1979, representam o grande momento das investidas. Mesmo dando mostra, desde meados da década de 1960, da preocupação com os problemas que se desenhavam, é neste período que as obras atingem um ritmo extremamente acentuado. Alavancadas pelo projeto CURA, as Obras da CASAN começam a se destacar e, somadas aos feitos do POP, passam a desenhar aquilo que se queria constituir como Capital do Oeste; a nova cidade, moderna e desenvolvida, com uma paisagem onde o cimento substituía a madeira, as tubulações engoliam os veios d'água e o asfalto cobria o chão poeirento de tantos relatos e reclamações populares. As mudanças eram condizentes com as necessidades e com os interesses que se tinha para cidade. Em busca de um polo moderno e desenvolvido o espaço urbano era reorganizado segundo esses preceitos. Por toda parte se via ruas sendo rasgadas, buracos sendo perfurados, canalizações de córregos e tubulações para redes de água e esgoto. Com máquinas, homens e discursos nas ruas, a cidade se transformava em um grande canteiro de obras.

Bibliografia

- ALBA, Rosa Salete. Espaço urbano: Os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002.
- MATTOS, Fernando Marcondes de. Santa Catarina: Nova dimensão. Ed. UFSC, 1973.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A modernização autoritária. In: LINHARES, Maria Yedda. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campos, 1990.
- SILVA, Ricardo. A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil. Chapecó: Argos, 2004.
- VELOSO, Mariza e MADEIRA, Angélica. Leituras Brasileiras: Itinerários no Pensamento Social e na Literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- WAGNER, Altair. E... Chapecó Levantou Vôo. Chapecó: De Letra, 2005.

¹ O Banco Nacional de Habitação - BNH -, foi fundado em Agosto de 1964, cinco mês após o golpe militar que instaurou a ditadura no Brasil. Sua atuação representou um marco na questão habitacional nacional. Em seus 21 anos de vigor foram construídas, através de seus financiamentos, 5 milhões de moradias. Cerca de 20% de todas as construções nas cidades brasileiras no período. É também através dele que é criado o Sistema Financeiro Nacional de Habitação.

² Mensagem do Governador Colombo Machado Salles à Assembleia Legislativa do Estado: Projeto Catarinense de Desenvolvimento, 1971. p. 132.

³ Idem.

⁴ O PLANASA foi criado em 1969, mas sua atuação só se deu dois anos depois, quando passou a destinar recursos para os estados criarem suas próprias companhias de saneamento. Para isso, foi instituído o Sistema Financeiro de Saneamento (SFS), gerido pelo Banco Nacional da Habitação (BNH). Para obter o financiamento, cada estado da

federação deveria criar, baseado em seus recursos orçamentários, um Fundo de Financiamento para Águas e Esgotos (FAE) e uma companhia estadual de saneamento.

5 Mensagem do Governador, 1971. Op. cit., p. 85.

6 Idem.

7 No ano de 1972 o Projeto Catarinense de Desenvolvimento passa a ser chamado de Ação Catarinense de Desenvolvimento. Com o início das obras, não se tratava mais de um projeto, mas de uma ação deflagrada. Assim se expressava o governo.

8 Mensagem do governador Colombo Machado Salles à Assembleia Legislativa do Estado: Ação Catarinense de Desenvolvimento, 1973. p. 8. Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

9 UPC - Unidade de Padrão de Capital - Considerada como a moeda do Sistema financeiro da Habitação. Foi instituída com o objetivo de manter a uniformidade do valor unitário em moeda de todas as operações do sistema habitacional.

1 0 Mensagem do governador Antonio Carlos Konder Reis à Assembleia Legislativa do Estado: Ação Catarinense de Desenvolvimento, 1976. p. 37. Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

1 1 Ibidem, p. 138.

1 2 Mensagem do Governador Antônio Carlos Konder Reis à Assembleia Legislativa do Estado: Ação Catarinense de Desenvolvimento, 1978. p. 17. Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

1 3 SILVA, Ricardo. A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil. Chapecó: Argos, 2004. p.244.

1 4 O acidente notícia desta manchete envolveu uma criança que acabou caindo numa das valas abertas para a colocação de tubulações e veio a falecer.

1 5 SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A modernização autoritária. In: LINHARES, Maria Yedda. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campos, 1990. p. 351.

1 6 Jornal Folha D'Oeste, 04/11/1977. N° 651. p. 05. Acervo CEOM.

1 7 Mensagem do Governador Antonio Carlos Konder Reis à Assembleia Legislativa do Estado: Ação Catarinense de Desenvolvimento, 1976. p. 42. Acervo Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

1 8 SILVA, Ricardo, 2004. op. cit., p. 269.

1 9 Jornal Correio Do Sul, 23/05/77. p. 12. Acervo CEOM.

2 0 Idem.

2 1 Jornal Correio do Sul, sd/sm/ 1977. p. 02. Acervo CEOM.

2 2 Idem.

2 3 Idem.